



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Prefácio

Shiguenoli Miyamoto

Como citar: MIYAMOTO, S. Prefácio. *In:* PASSOS, R. D. F.; FUCCILLE, A. **Visões do Sul:** crise e transformações do sistema internacional (volume I). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 7-13.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-789-0.p7-13>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

PREFÁCIO

De maneira simplificada, o sistema internacional pode ser entendido como uma constelação de atores com capacidades assimétricas, dotados de espírito próprio, portanto com demandas e interesses particulares, o que torna cada agente único, ainda que muitos apresentem semelhanças e identificações entre si. Os Estados nacionais, como agentes mais importantes, que o compõem, interagem entre si, em termos bilaterais e multilaterais, formatando uma pirâmide de poder. Ainda que não haja uma classificação “oficial” sobre o poder entre as nações, proliferam nomenclaturas como grandes potências, potências médias, potências regionais, potências intermediárias ou potências emergentes e o lugar que cada Estado ocupa no jogo do xadrez internacional. A maioria dos países não se enquadra em nenhuma dessas categorias (todas discutíveis conceitualmente, daí a existência de inúmeras tipologias/classificações) consideradas potências. Embora tipologias desta natureza sejam passíveis de ressalvas, pela imprecisão em mensurar as capacidades tangíveis e intangíveis de duas centenas de Estados-Nação, é inegável, contudo, que são claras as distinções que entre eles existem, de tal forma que aqueles situados em condições desfavoráveis apregoem, frequentemente, a necessidade de construção de uma nova ordem mundial e a reformulação do sistema internacional em moldes distintos dos então vigentes.

Em clássico livro (*O mundo restaurado*) sobre o cenário político do século XIX, onde abordou a ordem pós 1815, Henry Kissinger ressaltou que a estabilidade do sistema internacional muitas vezes é resultado de uma legitimidade por todos acatada. E deixava claro que “estabilidade,

<https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-789-0.p7-13>

no caso, nada tinha a ver com justiça, mas com um consenso internacional das grandes potências sobre como deve funcionar o mundo, apoiado em fins e métodos entendidos como admissíveis e que possam ser utilizados em política exterior” (p.1).

Ao que parece, a interpretação de Kissinger sobre o século XIX poderia ser, ainda, aplicada sem grandes discrepâncias nos dias atuais. O que se tem verificado é que aquelas nações situadas no topo da pirâmide, e que hoje poderiam ser denominadas de G8, ditam as regras internacionais segundo suas próprias conveniências, jamais abrindo mãos de parcelas de poder. Se não conseguem fazer com que o resto do mundo siga ou obedeça fielmente as prescrições para suas políticas públicas, pelo menos impedem que grandes decisões sejam tomadas contra seus interesses. Mesmo porque as decisões que impactam as relações mundiais nos planos político, econômico e militar tem passado, necessariamente, pelo crivo dessas grandes potências.

O duro jogo das relações internacionais está longe, muito distante dos modelos que julgam necessário a eliminação, ou na impossibilidade dessa, a diminuição da distância que separa os grandes dos pequenos, dos desenvolvidos e daqueles em estágios diferenciados de desenvolvimento.

Poder-se-ia dizer que os grandes Estados mostram-se insensíveis à maioria das demandas dos demais países, ainda que dependam, pelo menos em parte, desses mercados para a manutenção e expansão de suas economias e de seu bem-estar. Daí, por exemplo, a reticência dos países europeus e dos Estados Unidos com relação à política de absorção de imigrantes, seja daqueles ao longo de suas fronteiras, seja daquelas nações que, mais distantes, procuram abrigo em países livres de conflitos que as atingem.

Essa estrutura do sistema internacional, da forma como se encontra modelada, dificilmente será rompida, ocorrendo [como historicamente se verifica] a substituição de um grande ator por outro, de fora dos principais centros, e que passa a jogar papel de igual importância na definição das políticas globais, como possivelmente se verificará com algum dos países que hoje ainda chamamos de emergentes.

A entrada de nações geograficamente localizadas fora do eixo Europa-Estados Unidos ao centro do poder mundial, contudo, é resultado de trabalho longo e árduo, e nem sempre aceito passivamente pelas poten-

cias, que até então desfrutavam isoladamente das benesses e das responsabilidades pela condução dos destinos do mundo.

O aumento do poder nacional de cada país, e a anuência do “núcleo dirigente” do mundo, são condições imprescindíveis para que ocorram transformações significativas no cerne do sistema internacional, alterando as correlações de poder, nos planos político, econômico, militar e cultural.

Por isso mesmo, ainda que medidas restritivas existam e coíbam políticas que possam ser consideradas danosas ou perigosas para a comunidade internacional, as mesmas continuam sendo implementadas à margem dos acordos e tratados, como se não tivessem que cumprir o estabelecido em instâncias multilaterais.

Se isso se verifica no plano das relações internacionais, em sentido amplo, tanto no relacionamento bilateral, quanto no plano das organizações internacionais, situação parecida se observa no que diz respeito ao uso de instrumentos conhecidos como *softpower* no cotidiano das nações, através dos meios de comunicação impressos e falados, pela cultura, investimentos em áreas sensíveis (como educação, pesquisa e desenvolvimento, ciência e tecnologia) e influências das mais distintas formas, mantendo ou aumentando o controle das mesmas concepções de mundo sobre os demais.

É o que se tem observado há décadas, por exemplo, com a área de Relações Internacionais, em que a bibliografia colocada à disposição dos estudantes, é fundamentalmente de origem anglo-saxã, oriunda de países como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Pode-se alegar, com justa razão e creditar-lhe importância, que isso ocorre porque foi em países como esses que o estudo da Ciência Política e das Relações Internacionais primeiramente surgiu e se desenvolveu, daí investimentos terem sido feitos em grandes universidades, ao longo de várias décadas, e de onde provém toda a produção intelectual que explica não apenas o papel de seus países no mundo, mas como este funciona ou deva ser estruturado.

Os demais países têm absorvido e reproduzido, destarte, concepções de mundo oriundas e distantes de suas realidades, basicamente produzidas segundo prismas do Hemisfério Norte.

Longe de apoiar-se no discurso fácil de que tal literatura, por demais importante é necessário reconhecer, deve ser meramente rejeitada, por motivos como os anteriormente citados, é conveniente que obras sejam produzidas e divulgadas segundo outras perspectivas. Isso se torna interessante, não para contrapor-se denunciando imperialismos, mas para mostrar que nem sempre as interpretações existentes devam ser únicas ou sirvam para explicar o que ocorre em todas as latitudes. Ou seja, a realidade é sempre distinta, dependendo do lugar em que se encontra o observador, estando ele localizado no Oriente Médio, no sudeste asiático, no continente africano ou na América Latina. Nesses casos, são análises que poderiam ser identificadas como particulares dos países do Sul, e que não necessariamente coincidem com as óticas como o mundo é percebido através da literatura produzida acima da linha do Equador.

Na realidade, a preocupação em produzir textos com perspectivas distintas daquelas escritas nos grandes centros hegemônicos não é recente. Desde os anos 1970, isso pode ser verificado, se bem que de forma modesta, em partes do mundo, por exemplo, através da teoria da dependência, ou focalizando as divergências no âmbito do relacionamento Norte-Sul.

Ainda que a divulgação e o impacto de tal produção tenha se limitado basicamente às regiões menos desenvolvidas, dificultada também pelo alcance mais restrito ocasionado pelo idioma local ou regional, não se pode negar a importância da mesma. Isso pode ser observado, por exemplo, no aumento da percepção sobre a necessidade de se pensar o mundo a partir das realidades locais e regionais, e não exclusivamente a partir das concepções e modelos gestados por europeus e norte-americanos.

Apesar de relativamente recente no país, a área de Relações Internacionais tem aumentado sua presença e participação no âmbito das Ciências Humanas, comprovado pela criação de dezenas de cursos de graduação, o mesmo verificando-se no nível da pós-graduação. Tem-se observado, igualmente, preocupação em elaborar textos e promover eventos que discutam a política externa brasileira e o papel dos vizinhos no sistema internacional, ou as grandes potências e suas influências, bem como o surgimento de atores de inegável importância, como os blocos e instituições internacionais, além de países como a China e os denominados emergentes.

É sob tal prisma que devemos entender os motivos que levaram a divulgação deste livro, como resultado de reflexões feitas em evento que pensa o mundo a partir do Sul. Já em sua XII edição, a Semana de Relações Internacionais promovida pelos cursos da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, dos campi de Franca e Marília, apresentou como tema central no encontro de 2014 as “Visões do Sul: Crise e Transformações do Sistema Internacional”.

Reunindo pesquisadores de formações distintas, procedentes de várias universidades do país, e mesmo do exterior, muitos deles ainda jovens, mas com grande capacidade analítica, o evento possibilitou a confecção dos textos ora apresentados, dando mostra da excelência com que foram discutidos temas variados sobre as realidades locais e internacionais.

A leitura dos escritos deixa claro o ponto de referência com que os autores trabalham, seja no que diz respeito às teorias das relações internacionais, seja concernente ao que se passa no âmbito das políticas brasileira, sul americana e dessas com relação à grande potencia hemisférica.

Os textos que fazem parte desta coletânea podem ser aglutinados em pelo menos quatro grandes blocos e, embora possam parecer amplos demais, são complementares: estudos teóricos, aqueles centrados sobre a realidade europeia e/ou influência sobre o Sul, os que focalizam as relações entre os países sul-americanos, e os preocupados com a política externa brasileira.

Diversos autores e obras de matrizes teóricas diferentes merecem atenção em vários dos textos aqui presentes: Franz Neumann, cuja obra clássica sobre o Nacional Socialismo (*Behemoth*), não foi contemplada ainda com tradução para o português, bem como Antônio Gramsci que explorava conceitos sobre política internacional e o que entendia por grande potência no *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, e a teoria crítica segundo Robert Cox são aqui cuidadosamente analisados sob diferentes perspectivas, e se constituem em boas contribuições para os estudiosos das relações internacionais. Da mesma forma, os temas da paz no século XX, bem como os problemas da violência política foram objeto de investigação em dois textos. Esses autores e temas têm sido objeto frequente de debates nos últimos anos,

não só na Ciência Política mas também nas Relações Internacionais, daí a importância e atualidade das reflexões presentes nesta obra.

A produção literária, e o pensamento crítico nos denominados Estados subalternos, converteu-se em objeto de investigação especificamente voltado para o caso indiano, enquanto temas vinculando política e economia são encontrados em outras três contribuições. Essas versam sobre a crise europeia, passando pela grande recessão e os reflexos na política desse continente, bem como o papel jogado pelas instituições internacionais.

A América Latina é objeto privilegiado em diversos escritos. Vários textos focalizam as relações entre os Estados Unidos da América e a América do Sul, apontando o reposicionamento estratégico do primeiro na região, assim como o comportamento adotado pelo subcontinente sulamericano frente à grande potência norteamericana. A integração regional, os diversos atores presentes nesse processo, as instituições mais recentes como a UNASUL, foram objeto de interesse em estudos diversos que abordam o papel jogado pelos parlamentos regionais, o que se pode esperar da UNASUL em termos de construção de uma identidade vinculada à segurança regional, e a cooperação regional dos países do Cone Sul.

Sob diferentes olhares, mas preocupados com o papel desempenhado pelo Brasil no contexto mais amplo do sistema internacional, vários escritos dirigem suas atenções para as condições de potência média usufruída pelo país, na cooperação internacional sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, e na atuação brasileira tanto na América do Sul quanto na África.

Um leque amplo e variado de temas compõe, portanto, a presente obra que servirá sem qualquer sombra de dúvida como contribuição de grande importância, tanto para aqueles que já têm leituras acumuladas, quanto para os que se iniciam ou se interessam por temáticas diversas e atuais.

Importante destacar que as relações internacionais, vistas sob outros prismas, que não daquelas tradicionalmente oriundas do Hemisfério Norte, se constituem na contribuição maior que os autores poderiam fazer para pensar as realidades brasileira e sulamericana.

Como se pode lembrar, a partir dos anos 1960, a interpretação que tínhamos sobre a política brasileira e a latino-americana era proveniente das obras divulgadas pelos *brasilianistas*, motivada pela excepcionalidade

da conjuntura ditada pelo regime militar. Aos poucos, contudo, a produção literária escrita pelos pesquisadores do continente passou a ganhar impulso, ainda que presa, em grande parte, às orientações teóricas externas às peculiaridades regionais. Embora as obras produzidas nos anos recentes pelos pesquisadores brasileiros, através de textos mais densos, ou divulgadas em formas de artigos, dissertações e teses, lancem mão de referenciais teóricos e interpretativos muitas vezes distantes das realidades locais, pode-se considerar como promissora a tentativa de pensar o mundo sob outros prismas, no caso, a partir do Sul. Daí a importância e atualidade das reflexões contidas no presente livro.

Shiguenoli Miyamoto